O NEOLIBERALISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS ESPORTIVAS

Leandro Forell
Mestrando de Pós Graduação em Ciências do Movimento Humano da UFRGS

RESUMO
O presente artigo procura fazer uma reflexão sobre a conceituação de neoliberalismo e sua utilização na produção acadêmica na área de políticas públicas do esporte. Tendo dois momentos distintos, onde no primeiro procura discutir a concepção teórica e a implementação do neoliberalismo e no segundo procura fazer uma crítica à classificação de políticas públicas no que tange a serem neoliberais.
Palavras Chave: neoliberalismo, políticas publicas esportivas

ABSTRACT
This article pretends to do a reflection about the concept of neoliberalism and its using in the academic production in the area of sport public politics. There are two specific steps: the first looks for a discussion about the theoretical conception and the implementation of neoliberalism. Then, the second seeks to do a critical of the classification of public politics as it pertains be neoliberal.

Introdução

As representações sobre o neoliberalismo tanto no campo político como no campo científíco são muito diversas, ocilando muitas vezes entre o adjetivo pejorativo ao substantivo oculto. Este artigo utiliza da contextualização do meu trabalho de mestrado para discutir sobre um elemento recorrente nos discursos sobre políticas públicas do esporte.

Em um primeiro momento irei pontuar elementos teóricos relevantes para tentar avançar no sentido de compreender melhor o fenômeno do neoliberalismo. Nesta parte, o texto está dividido em três itens: a concepção teórica do neoliberalismo, a implementação histórica das políticas neoliberais e a terceira via. No segundo momento, pretendo fazer uma reflexão sobre o neoliberalismo enquanto classificação de políticas públicas do esporte.

Concepção Teórica do Neoliberalismo

Durante a década de 1930, um pensador econômico chamado Friedrich August Von Hayek[1] fez algumas reflexões sobre os modelos econômicos e seus desdobramentos sociais do mundo em que vivia. O autor fazia uma crítica ao modelo neoclássico de Marschall, Hayek apontava que o empoderamento do mercado era algo fundamental para o desenvolvimento da sociedade, porém mostrou também que este mesmo modelo, por ser cartesiano e conceber a sociedade de forma homogênea, não dava conta de garantir um "ótimo social" (PAULANNI, 2006).

Com a destruição de parte da Europa na 1ª Guerra Mundial, o surgimento de regimes totalitários, o *crack* da bolsa de valores de 1929 e a manutenção do regime stalinista[2] na União Soviética, a década de 30 se torna uma época de incertezas na política internacional. A 2ª Guerra teve como cenário este contexto, que proporcionou uma destruição massiva da Europa, o fortalecimento do regime Stalinista e a participação dos Estados Unidos em uma guerra que não atingiu seu território.

É neste momento em que o pensamento económico Keneysiano[3] repercute do ponto de vista da aceitação e implementação política. Com o mundo em reconstrução existia muita demanda de trabalho e os Estados foram obrigados a assumir o papel de provimento das necessidades da população. As consequências da implementação da teoria keneysiana é aquilo que veio a se denominar Estado-de-bem-estar-social, onde o Estado assume papel decisivo na implementação de políticas sócias e os trabalhadores passam a garantir direitos coletivos. Para estes teóricos, neoliberais, o Keynesianismo destrói a liberdade e impedem a livre concorrência. No Brasil, o segundo governo de Vargas cria o INPS e assegura os direitos dos trabalhadores através da CLT, embora não se possa creditar a existência do estado – de – bem – estar - social em sua plenitude no Brasil. Estas políticas desenvolvimentistas se ampliam ao longo do Governo Kubitschek e Governos Militares, embora nestes últimos se tenha um acelerado processo de aumento da inflação (POCHMANN, 2006).

Hayek, não contente com a ascensão das teorias keneysianas junta-se a Von Mises, Karl Popper, Lionel Robins e Milton Friedman em 1946, onde estes teóricos passam a fundar o movimento teórico neoliberal: "Pode-se dizer, pois, que esse encontro propiciou a

---

[1] Hayek fez contribuições importantes para a psicologia, a teoria do direito, a economia e a política. Recebeu o Prêmio de Ciências Econômicas (imprecisamente chamado de *"Nobel de Economia"*) em 1974, *"por seu trabalho pioneiro na teoria da moeda e flutuações econômicas e pela análise penetrante da interdependência dos fenômenos econômicos, sociais e institucionais"*(Wikipédia, 2008)

[2] Refiro-me desta forma ao regime soviético por não acreditar que tenha acontecido um comunismo nos preceitos de Marx, porém podemos admitir a experiência Soviética como uma forma de socialismo real.

[3] O modelo Keneysiano critica o modelo neoclássico pautado fundamentalmente em três pontos: não levar em conta a existência do desemprego, a visão da moeda como um instrumento neutro detituido de importância economica e a apresentação do problema económico a partir do paradigma individual (HUGON, 1985). Sobre o assunto ver: KEYNES, John Mayard. A teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

sistematização da base conceitual de oposição ao modelo de Estado de bem - estar social e que inicia seu processo de consolidação ao final da década de 1970" (BARBOSA, 2006, p. 178)

Pretendiam diminuir a intervenção do Estado e aumentar o poder do mercado, preparar bases para um capitalismo mais solidário e introduzir o solidarismo. Estes teóricos pregavam algumas ações práticas como: o mercado no comando do processo social, o estado mínimo onde o mesmo fosse responsável apenas pelo aparelho repressivo (segurança e justiça) e pela manutenção da livre concorrência, o controle dos gastos públicos com mão de ferro evitando a inflação, privatizar as estatais para que o estado não fosse responsável por nenhum tipo de produção, Estado pautando sua administração através do chamado *Business administration.* Para estes teóricos o Keynesianismo destrói a liberdade e impedem a livre concorrência (PAULLANI, 2006).

E neste contexto, permeado por acontecimentos históricos que a concepção intelectual da teoria neoliberal possui sua gênese. Esta doutrina[4] econômica passa a influenciar as políticas mundiais de forma cada vez mais forte em função de uma série de interelações históricas e políticas.

Implementação Histórica das políticas neoliberais

Com as reconstruções do pós-guerra encerradas na Europa e com uma quantidade significativa de dinheiro sobrando no mercado internacional à década de 70 é outro momento de incerteza. A política expansionista dos Estados Unidos e suas contradições econômicas proporcionaram um processo inflacionário do dólar. Como resposta para este fenômeno, os Estados Unidos lançam mão de duas ações o rompimento com o acordo de B*retton Wods em 1971* e o aumento brutal de taxas de juros em 1979. Estas ações causam uma movimentação nos investimentos econômicos, onde o fortalecimento do setor especulativo ocasiona um enfraquecimento do setor produtivo.

É neste cenário que se iniciam as ações políticas neoliberais no mundo. "En 1979, el año que Margaret Thatcher llegó al poder y lanzó la revolución liberal en Gran Bretaña. La Dama de Hierro era ella misma una discípula de Von Hayek" (GEORGE, 1999) [5]. Thatcher promove privatizações e com isso o desmantelamento dos sindicatos estatais que eram significativos representantes da classe trabalhadora. Iniciou-se então, um processo internacional de ratificação concreta dos preceitos neoliberais, onde gradativamente desloca-se para o mercado a função de controle econômico e onde cada vez mais se desobriga o estado de intervir nas questões sociais.

O primeiro representante da América latina a absorver elementos da doutrina neoliberal é o Chile, onde o General Augusto Pinochet assumiu após o golpe de estado de

[4] Segundo PAULANI, 2006, o neoliberalismo se configura como doutrina, pois não é uma base teórica *scrictu sensu,* segundo a autora é uma profissão de fé. È menos amplo que o liberalismo, pois este é uma filosofia moral e política.

[5] "Em 1979, o ano que Margaret Thacher chegou ao poder e lançou a revolução liberal na Grã Bretanha, a 'dama de ferro' era uma discípula de Von Hayek."

1973 e implementou as ações neoliberais como a abertura do país para o mercado internacional. A política chilena foi muito influenciada por Milton Friedman, pensador neoliberal que acompanhou de perto a experiência chilena.

No Brasil, aconteceram alguns fatos que, de certa forma, atrasaram o processo de neoliberalização da economia e da política, um movimentado cenário político nos anos de 1980 e com episódios anormais como: a morte do presidente Tancredo Neves e o Impeachment envolvendo o presidente Fernando Collor atrasaram as medidas neoliberais.

Com o bônus político de ter conseguido estabilizar a inflação o Presidente Fernando Henrique Cardoso impõe de forma firme as mudanças. O presidente constituiu uma Câmara da Reforma do Estado[6] que formulou em 1995 o Plano Diretor da Reforma do Estado[7]. Segundo Peroni: "O documento aponta, ainda, que o Estado gerou distorções e ineficiências ao tentar assumir funções diretas de execução, e, nesse sentido, 'reformar o Estado significa transferir para o setor privado as atividades que podem ser controladas pelo mercado"(p. 3, 2007). Além de fazer uma abordagem econômica e filosófica o documento aponta para ações práticas,

> Neste sentido, são inadiáveis: (1) o ajustamento fiscal duradouro; (2) reformas econômicas orientadas para o mercado, que, acompanhadas de uma política industrial e tecnológica, garantam a concorrência interna e criem as condições para o enfrentamento da competição internacional; (3) a reforma da previdência social; (4) a inovação dos instrumentos de política social, proporcionando maior abrangência e promovendo melhor qualidade para os serviços sociais; e (5) a reforma do aparelho do Estado, com vistas a aumentar sua "governança", ou seja, sua capacidade de implementar de forma eficiente políticas públicas. (BRASIL, MARE, 1995, p. 12)

Ao fundamentar ações de governo, o neoliberalismo consegue emergir de uma teoria econômica elitista acadêmica através da política internacional. Porém, estas políticas de estado produzem desdobramentos igualmente políticos no cenário internacional, um bom exemplo disso é a transnacionalização dos capitais. As grandes acumulações de riqueza não são mais nacionais, com as aberturas para o livre comércio internacional deixam de existir barreiras para as associações entre as elites dos diferentes países. Essas

---

[6] Esta câmara era constituída por os seguintes membros: Clóvis Carvalho - Ministro Chefe da Casa Civil (Presidente), Luiz Carlos Bresser Pereira - Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado Paulo Paiva - Ministro do Trabalho Pedro Malan - Ministro da Fazenda José Serra - Ministro do Planejamento e Orçamento General Benedito Onofre Bezerra Leonel - Ministro Chefe do Estado Maior das Forças Armadas.

[7] O Plano Diretor da Reforma do Estado foi elaborado pelo Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado e, depois de ampla discussão, aprovado pela Câmara da Reforma do Estado em sua reunião de 21 de setembro de 1995. Em seguida foi submetido ao Presidente da República, que o aprovou na forma ora publicada.

corporações deslocam suas produções para nações periféricas[8] em busca de um menor custo salarial, custos baixos de produção, e subsídios do estado local que pode ser expresso através de redução (isenção) de impostos e desregulamentação dos direitos dos trabalhadores (PAULLANI, 2006).

Esta nova forma de "viver economicamente" produziu ainda mais transformações na vida cotidiana como, por exemplo: a gradual mudança do modelo taylorista fordista para o modelo toytista de produção, a redução no tamanho dos estoques e o aumento das segmentações dos mercados, flexibilização e precarização do trabalho (PAULLANI, 2006).

Outro elemento a ser analisado é que com a implementação das políticas neoliberais instaura-se o processo de reorganização dos processos de gestão, o quase estado (PERONI, 2007). Neste processo também chamado de *Business Administration* do Estado, as ações de governo passam a serem vistas pelo prisma empresarial, onde se objetiva a eficiência e a lucratividade. Este movimento possui uma preocupação que aparentemente é para o bem comum, mas que possui como pano de fundo uma conseqüente valorização dos ativos públicos e uma melhor lucratividade dos especuladores que apostam nestes investimentos.

O *Business Administration* neoliberal acarreta em medidas já mencionadas como a venda do patrimônio público, o encolhimento do estado, o atrofiamento do espaço econômico na produção de bens e serviços, é usual neste tipo de gestão os processos de terceirização de serviços.

Estes desdobramentos políticos acarretam em uma série de conseqüências sociais. Com o aumento dos juros para conter os processos inflacionários, instauram-se processos recessivos da economia. Nestes momentos é natural que os investimentos se desloquem do setor produtivo para o setor especulativo, diminuindo a oferta de emprego, a quantidade de dinheiro em circulação no mercado, o consumo e consequentemente a demanda de produção. Esta diminuição nos postos de trabalho também aumenta a reserva de trabalhadores especializados desempregados, diminuindo o valor dos salários e consequentemente os custos de produção.

Para Pochmann (2007) no Brasil, existem dois grupos de teóricos econômicos: os produtivistas e os financistas. Os produtivistas pregam um controle maior do estado, fazem a crítica ao processo de subordinação ao processo de globalização e divisão internacional do trabalho e pregam uma maior valorização do mercado interno pregando que o país pode ser mais autônomo. Já os financistas apostam na liquidez do mercado internacional, apóiam a abertura comercial total apoiando-se na globalização financeira,

[8] O termo nações periféricas se refere ao olhar de Florestan Fernandes em sua análise sobre a divisão internacional do trabalho. O autor aponta que existem paises centrais, que são aqueles que impõem seus interesses, em função das correlações de força econômica, política e tecnológica, e paises periféricos. Na atual divisão internacional do trabalho o Brasil se coloca como exportador de produtos com baixo valor agregado, como principalmente grão e produtos alimentícios, e importador de produtos tecnológicos com alto valor agregado e com uma quantidade significativa de trabalho morto contido em sua confecção.

desregulamentação do mercado de trabalho[9] e a passagem do estado da função de empreendedor para a de regulador das lógicas dentro das lógicas econômicas Estes economistas desempenham importante função ideológica, pois são eles os intelectuais[10] que tensionam as análises governamentais econômicas, estas compreensões possuem uma relação com elementos ideológicos e procuram demonstrar benefícios e desvantagens para a população em geral.

O governo através de sua inserção social interagiu de forma a referendar as ações contigenciadas pelo Plano Diretor de Reforma do Estado no:

> A reação imediata à crise - ainda nos anos 80, logo após a transição democrática - foi ignorá-la [a crise do estado grifo meu]. Uma segunda resposta igualmente inadequada foi a neoliberal, caracterizada pela ideologia do Estado mínimo. Ambas revelaram-se irrealistas: a primeira, porque subestimou tal desequilíbrio; a segunda, porque utópica. Só em meados dos anos 90 surge uma resposta consistente com o desafio de superação da crise: a idéia da reforma ou reconstrução do Estado, de forma a resgatar sua autonomia financeira e sua capacidade de implementar políticas públicas (BRASIL, MARE, 1995 p.16).

Pode parecer um pouco incoerente que o governo FHC (Fernando Henrique Cardoso), que é reconhecido por suas ações neoliberais, enfatize em documento oficial uma crítica a este mesmo projeto, o que é subjacente a está afirmação, é uma postura ligada à terceira via, conjunto teórico neoliberal que procura contornar as mazelas sociais proporcionadas pelo neoliberalismo com o comprometimento da sociedade civil[11] através do que se denominou terceiro setor.

A terceira via

---

[9] Um bom exemplo desse fenômeno é o crescente deslocamento dos prestadores de serviço da função de empregados para prestadores de serviços terceirizados destas mesmas empresas, essa lógica se dá seja através dos privilégios fiscais das microempresas seja através da contratação de cooperativas ou atelieres de subprodução de uma parcela da produção.

[10] Refiro-me a utilização do termo intelectual proposta por Gramsci onde: todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial do mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência de sua própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político (GRAMSCI, 2000, p.15) Estes intelectuais são os atores políticos que conseguem influenciar de forma significativa nos rumos da sociedade.

[11] Segundo Bobbio (1987) existem ao longo da história da filosofia vários entendimentos para o termo sociedade civil, porém para o entendimento deste trabalho utilizo-me da perspectiva gramsciana onde seria: “todo o conjunto de relações ideológico-culturais (p.33).

Segundo Giddens, “Os neoliberais querem encolher o Estado; os social - democratas, historicamente, têm sido ávidos para expandí-lo. A Terceira Via afirma que é necessário reconstruí-lo”. (GIDDENS[12], 2001, p. 80). Sob esta ótica, o discurso contido nos documentos oficiais do governo FHC contemplariam a adesão da terceira via, porém existem mais elementos aos quais precisamos refletir.

> ... a discussão sobre a Terceira Via ocorre quando o Novo Trabalhismo se apresenta como uma alternativa ao Neoliberalismo de Thatcher e também à antiga social democracia. Segundo o autor, o Novo Trabalhismo “associa a preservação da social democracia e elementos básicos do Neoliberalismo”. (ANTUNES, 1999, p. 95 *apoud* PERONI, 2007).

Para Peroni, “O Terceiro Setor é a estratégia proposta pela Terceira Via, em substituição à proposta de privatização do Neoliberalismo. Enfim, os dois concordam que a crise esteja no Estado, que gastou demais e deve se retirar da execução das políticas sociais. Para a Terceira Via, deve repassá-las para a sociedade, através do Terceiro Setor; e para o Neoliberalismo, para o mercado, através das privatizações.” (2007, p.9). Bem o governo FHC realizou os dois movimentos efetuou um grande numero de privatizações de empresas estatais significativa no bojo das relações econômicas, como também abriu caminho para a abertura de setores estratégicos antes comandados pelo Estado como, por exemplo, as telefonias e a energia elétrica.

> O Terceiro Setor,(…), apresenta "uma nova modalidade de trato à questão social”. Primeiro, com a transferência da responsabilidade da questão social do Estado para o indivíduo, que a resolverá através da auto-ajuda, ajuda mútua ou, ainda, adquirindo serviços como mercadorias. Segundo, as políticas sociais passam a ser focalizadas, perdendo, assim, seu princípio universalista. Terceiro, com a descentralização administrativa, as políticas tornam-se ainda mais precarizadas, entre outros problemas, porque são transferidas as competências sem os recursos correspondentes e necessários para executá-las. (PERONI, 2007)

Neste contexto as ONGS (Organizações não governamentais) começam a desempenhar um papel diferenciado ao que vinham cumprindo até então.

> Além de assumir algumas atividades que seriam do Estado, como a promoção ou a manutenção de bem estar social, o Terceiro Setor acaba também assumindo um certo poder

[12] Giddens trabalhou como assessor do ex-Primeiro-Ministro britânico Tony Blair

> (econômico/político), principalmente quanto à definição de seu próprio campo de cooperação internacional, no que se refere ao repasse e prestação de contas dos recursos financeiros, diretamente para as agências internacionais sem a intermediação do Estado. Em outras palavras, as estratégias de ação, muitas vezes, ocorrem do internacional para o local, sem a mediação do nacional, principalmente quando o financiamento ocorre via agências internacionais. (PERONI, 2007)

Num país com uma imensa desigualdade social a implementação da doutrina neoliberal precisou ser flexibilizada, desta forma, utilizou-se uma estratégia de privatizações. Porém, se iniciou todo um processo de consolidação e de redefinição do papel da sociedade civil no contexto de atenuar as desigualdades proporcionadas pelo processo de acumulação flexível do capital.

Porém, embora exista um movimento de tentativa de diferenciação entre a terceira via e o neoliberalismo por parte dos teóricos da terceira via, é importante refletir que são pensamentos não contraditórios e complementares. Neste sentido, é possivel locaizar a terceira via como uma elaboração teórica que se coloca numa relação de aprimoramento político do neoliberalismo, uma vez que "é evidente que o neoliberalismo na versão forte de Hayek, Von Mises, Friedman etc. não existe em lugar algum" (FERNANDES, 1995, p.157). Logo, é, a meu ver, temerário apontar categoricamente que determinado governo é neoliberal. Gramsci aponta que a sociedade política e a sociedade civil dialogam através de um tencionamento dialético. Podemos analisar que as disputas dentro da sociedade civil influenciam no sentido de uma heterogenização das ações de um governo, uma vez que os diferentes interesses da sociedade civil acabam atravessando de forma irregular as ações de governo, sem perder de vista que estas concessões não desconstituem a noção de hegemonia(BOBBIO, 1987).

O neoliberalismo como elemento classificatório de políticas públicas

Com o passar do tempo, as políticas públicas passam a ser avaliadas pela sociedade sociedade civil ao qual a reflexão acadêmica se insere. Neste sentido poderia citar alguns artigos (SANTOS JÚNIOR & TAFFAREL, 2007; MELO, 207a; MELO 2007b) tentando situar políticas públicas como neoliberais. Este movimento hipotético assume assim um papel acadêmico de crítica a determinadas políticas sem no entanto discutir de forma mais contundente que sentido se está dando para o termo"neoliberalismo".

Existem algumas possibilidades em se pensar o neoliberalismo. A primeira é pensar que o neoliberalismo é um pensamento político-econômico e tudo aquilo que acontece na sociedade que está em desacordo com este pensamento descaracterizaria a sociedade enquanto neoliberal. A segunda é pensar no neoliberalismo como movimento político que se articula e que abrange todos os espoças e tempos sociais, nesta ótica o simples fato de intelectuais neoliberais influenciarem ações de governo transformariam esta sociedade em

neoliberal. Um terceiro ponto de vista seria o de igualar o neoliberalismo, a terceira via, e todos os elementos ideológicos contemporâneos de dominação num pacote ao qual chamariamos de neoliberalismo. E uma quarta possibilidade seria o de achar que o neoliberalismo e a terceira via não estão articulados e que representam interesses contraditórios e se consolidam como pensamentos distintos.

Ora, se pensarmos, assim como Gramsci, que a sociedade civil interage com a sociedade política e com as estruturas econômicas, veremos que as políticas públicas estão em constante tencionamento com as disputas dentro da sociedade civil. Embora se utilize de vários meios para se tentar formatar o sensu comum, os elemtenos culturais estão consolidados historicamente, e a mudança deles pode ser feita tanta pelo processo de direção como de coerção. Neste sentido pensar políticas públicas do esporte não se restringe a compreenção das vontades dos governantes, mas sim no entendimento dos tencionamentos e interesses que rodeiam estes governantes.

Acredito ser interesante fazer um exercício teórico onde é pertinente pensar quais os ganhos acadêmicos em se enfatizar uma produção do tipo classificatória. A Educação Física enquanto área de produção acadêmica passou por muitas discussões até conseguir consolidar grupos de pesquisa que compreendem a realidade como algo mais complexo do que rejeitar ou manter hipóteses. Estes grupo de pesquisadores vem demonstrando com o passar dos tempos que existem muitos elementos sociais que permeiam o esporte e o lazer e que a compreensão destes fenômenos pode se dar olhando para estas complexidades.

Desta forma, classificar determinada política específica como neoliberal, sem delimitar seu entendimento sobre o neoliberalismo e os desdobramentos que esta classificação pode sofrer, pode ser uma posição temerária. Por outro lado, pensar que uma política é implementada arbitrariamente numa realidade local sem nenhuma modificação é uma ingenuidade. E por fim, afirmar que a política de acesso ao esporte vem sofrendo processo de tercerização, privatisação, desobrigação é no mínimo uma simplificação no entendimento do que eram, e o que são estas ações.

Considerações Finais

Acredito que elementos macrossociais (como o neoliberalismo, a terceira via, a exploração econômica do esporte, a introjeção do esporte como meio de ascensão social e de inclusão social) sejam fundamentais para se pensar as políticas públicas do esporte. Por outro lado, os elementos sociais locais (como os as práticas étnicas, o reconhecimento de determinados esportes, bem como formas de praticá-los, sua função social e de lazer, competitiva e comercial) não podem ser desprezados na compreensão do cotidiano destas políticas.

Pensar o neoliberalismo nas políticas públicas passa a ser elemento contextualizador e não determinador das práticas sociais, pois como escreve Montaño:

> Tão equivocado é identificar o cotidiano como mero espaço de dominação, de alienação, como também conceitua-lo diretamente como âmbito imaculado da emancipação e da desalienação. A esfera da

> cotidianidade é, substancialmente, e por sua natureza, uma permanente arena de disputa, de lutas individuais e sociais, pontuais e gerais, setoriais ou classistas, emergenciais e imediatas ou estruturais e mediatizadas (MONTANÕ, 2005, p.262).

O cotidiano esportivo constitui e é constituido nas e pelas políticas públicas de esporte, pensar que elas estejam blindadas da esfera da cotidianidade é, ao meu ver, uma ingenuidade. Desta forma, o olhar classificatório sobre estas ações governamentais ofusca a possibilidade de compreender que é praticamente impossivel uma prática que não possua nenhum elemento neoliberal, assim como desvinculada da realidade local e da subjetividade dos indivíduos que as praticam.

Enfim, pensar nas políticas neoliberais, como o fomento de organismos internacionais ao trabalho voluntário e sua repercução local, passa a ser uma opção de pesquisa pertinente no sentido de compreender a realidade empírica que circula no universo das políticas públicas esportivas.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, Lia Pinheiro. Significados do Terceiro Setor: de uma nova prática política à despolitização da questão social. in SOCIEDADE E CULTURA, V. 9, N. 1, JAN./JUN. 2006, P. 173-186.

BOBBIO, Norberto. O conceito de Sociedade Civil. Rio de Janeio: Graal, 1987

BRASIL, Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE). PlanoDiretor da Reforma do Aparelho de Estado. Brasília, 1995.

FERNANDES, Luis. A trama do neoliberalismo, Mercado, Crise e exclusão social. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir. Pós-neoliberalismo, As políticas Sociais e o Estado Democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

GEORGE, Susan. Breve historia del neoliberalismo: Viente años de economía de elite y las oportunidades emergentes para un cambio estructural. Conferencia sobre Soberanía Económica en un Mundo Globalizado. Bangkok, marzo 24-26,1999.

GIDDENS, Antony. A Terceira Via: reflexões sobre o impasse político atual e o

futuro da social-democracia. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GRAMSCI, Antonio, Cadernos do Cárcere Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HUGON, Paul. História das doutrinas Econômicas14ª ed. São Paulo: Atlas, 1985.

MONTAÑO, Carlos. Terceiro setor e questão social : crítica ao padrão emergente

de intervenção social. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MELO, Marcelo de Paula. O chamado terceiro setor entra em campo: políticas públicas de esporte no governo Lula e o aprofundamento do projeto neoliberal de terceira via. licere (belo horizonte), v. 10, p. 1-35, 2007a.

MELO, M. P. . Neoliberalismo de terceira via e seu impacto nas políticas de esporte e lazer: um debate com a produção teórica. In: Mauricio Roberto da silva. (Org.). Esporte, Educação, estado e sociedade: as políticas públicas em foco. 1 ed. Chapecó: Argos, 2007b, v. , p. 177-210.

SANTOS JÚNIOR, C. L. ; TAFFAREL, C. N. Z. . Como iludir o povo com o esporte para o público. In: Maurício Roberto da Silva. (Org.). Esporte, Educação, Estado e Sociedade. 1ª ed. Chapecó: ARGOS, 2007, v. , p. 55-104

PAULANI, Leda Maria. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Fundamentos da Educação Escolar no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006, p. 67 – 109. Debate (Caderno de debates, 2007).

PERONI, Vera M. Vidal. Reforma do Estado e a tensão entre o público e o privado. In: Revista SIMPE – RS, p. 11-33. Porto Alegre, 2007.

POCHMANN, Márcio. Economia brasileira hoje: seus principais problemas. LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Fundamentos da Educação Escolar no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006, p. 201 – 240. Debate (Caderno de debates, 2007).

WIKIPEDIA. Disponivel em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Friedrich_Hayek extraido da internet em 30/07/08.